



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
**SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**14 E 15 DE DEZEMBRO DE 2010**

**ATA**

1 Às nove horas do dia catorze de dezembro de dois mil e dez, no Auditório do 8º  
2 andar da Torre A do Edifício Parque Cidade Corporate, situado no Setor Comercial  
3 Sul B, Quadra 9, em Brasília/DF, Sede da Secretaria de Direitos Humanos da  
4 Presidência da República, foi dado início a Septuagésima Primeira Reunião  
5 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência –  
6 CONADE, sob a presidência da Sra. Denise Costa Granja. Estiveram presentes os  
7 **Conselheiros Governamentais Titulares:** Denise Costa Granja – Representante  
8 do Ministério das Comunicações/MC e Presidente do CONADE; Milena Souto Maior  
9 Medeiros – Representante da Casa Civil da Presidência da República; Martinha  
10 Clarete Dutra – Representante do Ministério da Educação/MEC; Tânia Mariza  
11 Martins Silva – Representante do Ministério da Previdência Social/MPS; Elyria  
12 Bonetti Yoshida Credidio – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social  
13 e Combate à Fome/MDS; Fábio Borges de Abreu – Representante do Ministério do  
14 Trabalho e Emprego/MTE; Bárbara Blaudt Rangel – Representante do Ministério do  
15 Turismo/MTur; Marcos Cordeiro de Souza Bandeira – Representante do Ministério  
16 dos Transportes/MT; Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior – Representante da  
17 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR; Antônio  
18 Alves Ferreira – Representante dos Conselhos Estaduais; Kellerson Souto Viana –  
19 Representante dos Conselhos Municipais; Os **Conselheiros Governamentais**  
20 **Suplentes:** Mariana Bandeira de Mello Parente – Representante da Casa Civil da  
21 Presidência da República; Andréa Duarte Lins – Representante Suplente do  
22 Ministério da Saúde/MS; Rogério Lopes Costa Reis – Representante do Ministério  
23 do Trabalho e Emprego/MTE; Ana Beatriz Silva Thé Praxedes – Representante da  
24 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR; Laércio  
25 Ventura – Representante dos Conselhos Estaduais; Flávio Fontes da Silva Rossini –

26 Representante dos Conselhos Municipais. Os **Conselheiros da Sociedade Civil**  
27 **Titulares:** Silvana de Oliveira Almeida – Representante da Associação Nacional do  
28 Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com  
29 Deficiência/AMPID; Maria do Carmo Tourinho – Representante da Associação de  
30 Autismo/ABRA; Maria Aparecida Reis – Representante da Associação Brasileira de  
31 Ostromizados/ABRASO; Roberto Paulo do Vale Tiné – Representante da Associação  
32 de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e  
33 da Comunidade/APABB; José Antônio Ferreira Freire – Representante da  
34 Confederação Brasileira de Desportos para Cegos/CBDC; Janilton Fernandes Lima  
35 – Representante da Confederação Nacional do Comércio/CNC; Isaías Dias –  
36 Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT e Vice-Presidente do  
37 CONADE; Romeu Kazumi Sasaki – Representante do Conselho Nacional dos  
38 Centros de Vida Independente CVI Brasil; Rosangela da Silva Santos –  
39 Representante da Federação das Associações de Renais e Transplantados do  
40 Brasil/FARBRA; Domingos João Montagna – Representante Titular da Federação  
41 das Fraternidades Cristãs de Doentes e Deficientes do Brasil/FCD/BR; Adnilson  
42 Marins dos Santos – Representante da Federação Nacional das APAES/FENAPAE;  
43 Lizair de Moraes Guarino – Representante da Federação Nacional das Sociedades  
44 Pestalozzi/FENASP; José Carlos de Oliveira – Representante da Federação  
45 Nacional de Educação Integração de Surdos/FENEIS; Valdenora da Cruz Rodrigues  
46 – Representante do Movimento de Reabilitação das Pessoas Atingidas pela  
47 Hanseníase/MORHAN; Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes –  
48 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; Moisés Bauer Luiz –  
49 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil/ONCB; José Alcides  
50 Marton da Silva – Representante da União Brasileira dos Serviços de Referência em  
51 Triagem Neonatal Credenciados/UNISERT. Os **Conselheiros da Sociedade Civil**  
52 **Suplentes:** Flávio Henrique de Souza – Representante da Central Única dos  
53 Trabalhadores/CUT; Márcio Castro de Aguiar – Representante do Conselho  
54 Nacional dos Centros de Vida Independente CVI Brasil; Gecy Maria Fritsch Klauch –  
55 Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de  
56 Down/FBASD; Ester Alves Pacheco Henriques – Representante da Federação  
57 Nacional das Sociedades Pestalozzi/FENASP. **Observadores e Convidados:**  
58 Andréa Assumpção Siqueira – Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi –  
59 FENASP; Marcio Ferri Dutra – Acompanhante do Conselheiro Titular da FENEIS;  
60 José Naum de Mesquita Chagas – Representante da Associação Brasileira dos  
61 Terapeutas Ocupacionais/ABRATO; Ana Kenia Fragoso Mascarenhas –

62 Representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais/ABRATO;  
63 Ícaro de Souza Freire – Acompanhante do Conselheiro Representante da CBDC;  
64 Sônia Maria de Oliveira – Representante da Associação Brasileira de Ação por  
65 Direitos da Pessoa Autista/ABRAÇA; Francisco Dourado Alexandre Mapurunga –  
66 Representante da Associação Brasileira de Ação por Direitos da Pessoa  
67 Autista/ABRAÇA; José Maria Cavalcanti – Representante do Conselho Federal de  
68 Engenharia, Arquitetura e Agronomia/CONFEA; Antônio Bezerra da Silva –  
69 Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT; Waldir Macieira –  
70 Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos  
71 Idosos e Pessoas com Deficiência/AMPID; Fernando Ribeiro – Representante da  
72 Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;  
73 Adriana Brandão Behar – Embaixatriz da Campanha de Acessibilidade; Clodoaldo  
74 Silva – Embaixador da Campanha de Acessibilidade; Ana Luiza Jucá (Embaixatriz  
75 da Campanha da Acessibilidade; Paulo de Tarso Vannuchi – Ministro de Estado  
76 Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH; Maria  
77 do Rosário – Deputada Federal e futura Ministra de Estado Chefe da Secretaria de  
78 Direitos Humanos da Presidência da República/SDH. **PAUTA:** 1) Abertura; 2)  
79 Aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reunião Extraordinária e da 70ª Reunião Ordinária;  
80 3) Aprovação da Proposta de Pauta da 71ª Reunião Ordinária; 4) Processo Eleitoral  
81 dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência  
82 para Composição do CONADE; 5) Relatório de Monitoramento da Convenção da  
83 ONU – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 6)  
84 Informes das Comissões Permanentes; 7) Informe da Presidência Ampliada; 8)  
85 Informes Gerais.

86

#### 87 **1º DIA. 14 DE DEZEMBRO DE 2010.**

88 **Abertura.** Verificada a existência de quórum para o início dos trabalhos, a  
89 Presidente Denise Costa Granja abriu a reunião cumprimentando e agradecendo a  
90 presença de todos. **Aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reunião Extraordinária e da**  
91 **70ª Reunião Ordinária.** Não havendo manifestação em contrário, as referidas atas  
92 foram aprovadas e com o devido quórum de conselheiros. **Aprovação da Proposta**  
93 **de Pauta da 71ª Reunião Ordinária.** A Conselheira Laís Vanessa Carvalho de  
94 Figueiredo Lopes sugeriu como ponto de pauta a avaliação do IV Encontro Nacional  
95 de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência; a decisão acerca da  
96 participação do CONADE no monitoramento da Convenção da ONU Sobre o direitos  
97 das Pessoas com Deficiência. Ainda solicitou a inversão da apresentação da

98 Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos/CAN.  
99 Desta monta, a CAN passou a ser a terceira a apresentar o seu relatório. Isto posto,  
100 a Presidente Denise Consta Granja sinalizou que o relatório do IV Encontro de  
101 Conselhos seria feito pela Comissão de Articulação de Conselhos/CAC. E que o  
102 outro ponto sugerido pela Conselheira Laís poderia ser tratado juntamente com o 5º  
103 ponto de pauta previamente estabelecido. Após, a Conselheira Ana Beatriz Silva  
104 Thé Praxedes solicitou que a CAC fosse a primeira comissão a apresentar na tarde  
105 daquele dia, considerando que no próximo dia, a mesma, não se faria presente na  
106 sequencia da reunião por motivo de viagem. **Processo Eleitoral dos Conselhos**  
107 **Estaduais e Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência para**  
108 **Composição do CONADE.** A Presidente, Sra. Denise Costa Granja, informou que a  
109 comissão eleitoral instituída para o processo eleitoral dos conselhos estaduais e  
110 municipais de direitos das pessoas com deficiência às vagas do CONADE, ocorrido  
111 no dia treze de novembro de dois mil e dez, formada pela Conselheira Laís Vanessa  
112 Carvalho de Figueiredo Lopes, o Representante da Secretaria Nacional de  
113 Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência/SNPD, o Sr. Antônio José do  
114 Nascimento, e o Representante do Ministério Público Federal e presidente da  
115 mesma naquele momento, o Sr. Franklin Rodrigues da Costa, realizou ato contrário  
116 ao Edital de Convocação dos Conselhos e ao Regimento Interno, que alterado em  
117 reunião extraordinária no dia quinze de outubro de dois mil e dez e preconizavam  
118 que o conselho candidato para ser elegível deveria encontrar-se em pleno  
119 funcionamento, ter composição paritária e caráter deliberativo. Todavia, a Comissão  
120 Eleitoral habilitou ao processo os seguintes Conselhos: Conselho Estadual de São  
121 Paulo, apesar de não ser deliberativo e a composição não ser paritária, mas  
122 tripartite; o Conselho Municipal de Campinas, apesar de possuir caráter consultivo;  
123 O Conselho Municipal de Limoeiro do Norte, apesar da composição não ser  
124 paritária; o Conselho Municipal de Recife, por possuir uma composição tripartite.  
125 Desta monta, a Presidente propôs ao pleno que tal decisão da comissão eleitoral  
126 fosse anulada, conseqüentemente anulando as habilitações que foram feitas  
127 contrariando ao disposto no Edital de Convocação e no Regimento Interno do  
128 CONADE, todavia, convalidando o resultado das eleições, considerando que os  
129 conselhos eleitos naquele ato estavam em conformidade com o exigido no Edital de  
130 Convocação. Isto posto, o Conselheiro José Alcides Marton da Silva mostrou-se  
131 favorável ao proposto. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné destacou que se  
132 os conselhos não tivessem sido habilitados à época, o resultado da eleição poderia  
133 ser outro. Ponderou, portanto que não sabia se seria legítimo apenas invalidar as

134 inscrições dos mesmos validar o resultado da votação. O Sr. Waldir Macieira sugeriu  
135 ao Conselho que o mesmo definisse o conceito de paridade para o aprimoramento  
136 das próximas eleições, ponderando que a eleição discutida poderia ser validada pelo  
137 colegiado, visto que não houve prejuízo em virtude de que nenhum dos conselhos  
138 que não atenderam ao requisito da paridade e do caráter deliberativo foram eleitos  
139 para compor o CONADE na próxima gestão. O Conselheiro Flávio Henrique de  
140 Souza ponderou que a Comissão Eleitoral não devia ter mudado uma decisão  
141 tomada pelo plenário do Conselho. Ponderação essa apoiada pelo Conselheiro  
142 Flávio Fontes da Silva Rossini. O Conselheiro Isaías Dias apoiou a proposta da  
143 Presidente, ressaltando que a paridade discutida no âmbito do CONADE sempre foi  
144 50% de representantes governamentais e 50% de representantes da sociedade civil.  
145 O Conselheiro Antônio Alves Ferreira destacou que faltou espaço para os conselhos  
146 defenderem suas candidaturas e defendeu a manutenção da eleição dos conselhos  
147 vencedores. Registrou por último que independente das representações, era  
148 necessário envidar esforços na execução das demandas locais. O Sr. Rogério Lopes  
149 Costa Reis destacou que a paridade realmente era uma questão muito subjetiva,  
150 cabendo interpretações, visto que não estava devidamente escrito. Com isto, sugeriu  
151 uma resolução definindo a paridade antes referida para as eleições futuras. Propôs  
152 também prazo mínimo de trinta dias a partir da publicação do edital para a  
153 realização das eleições. A Conselheira Rosângela da Silva Santos apoiou a  
154 proposição de clarificar o termo paridade. O Conselheiro Márcio Castro de Aguiar  
155 propôs a edição de uma resolução que alterasse a Resolução 10 de 2002 daquele  
156 conselhos, alterando os pontos que entendidos como omissos, como é o caso da  
157 paridade. O Conselheiro Domingos João Montagna, independente do fato ocorrido,  
158 parabenizou a comissão eleitoral em meio à conjuntura eleitoral que assumiu e os  
159 prazos exíguos, ponderando que não houve de forma nenhuma algum ato de má fé  
160 da mesma. Destacou, por fim, que sua dúvida era se, em caso de anulação do ato  
161 da comissão eleitoral, abrir-se-ia novo prazo para que outros conselhos recorressem  
162 ao resultado eleitoral, visto que houve conselhos que não ficaram na suplência por  
163 um voto. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné ponderou que se equivocou ao  
164 afirmar que a anulação dos atos da comissão interferiria no processo eleitoral,  
165 considerando que os critérios para inscrição dos eleitores eram diferentes dos  
166 critérios para a inscrição dos candidatos e, deste modo, não se alteraria o resultado  
167 da eleição. O Conselheiro Adnilson Marins dos Santos ponderou que diante do  
168 exposto o mais razoável era acolher a sugestão da Presidente. Isto posto, a  
169 Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes lembrou que, apesar de

170 seus esforços, o Edital de Convocação das Eleições fora publicado apenas no dia  
171 oito de novembro, dois dias antes da data de habilitação dos conselhos. Destacou  
172 que a comissão eleitoral designada seguiu a regra de mais um membro,  
173 representante do CONADE. Todavia, sugeriu que para as eleições futuras este  
174 membro não fosse componente do CONADE, garantindo assim a imparcialidade,  
175 autonomia e independência necessária para conduzir o processo eleitoral.  
176 Esclareceu que a interpretação que se chegou na comissão eleitoral foi que a  
177 expressão paritária não era suficiente para demonstrar que o Conselho deveria ser  
178 bipartite, considerando que a expressão paritária também podia significar simetria de  
179 funções reais. Nesse sentido, em alguns casos, houve conselhos que possuíam sua  
180 estrutura tripartite, um segmento com determinado número e os outros dois  
181 segmentos com o mesmo número. Com relação ao caráter deliberativo dos  
182 conselhos, destacou que a primeira análise foi buscar nos atos de criação dos  
183 mesmos se era expresso que eram deliberativos. Na ausência do termo, foi feita  
184 uma interpretação da competências, se consultivas ou deliberativas. Deste modo, os  
185 critérios foram seguidos de acordo com o redigido no edital e no regimento,  
186 aprovando os conselhos de composição paritária no entendimento mais amplo, se  
187 bipartites ou tripartites desde que fossem a favor do controle social e deliberativos.  
188 Após, agradeceu a quem reconheceu os trabalhos da comissão eleitoral e fez uma  
189 parte para reconhecer os trabalhos específicos do Conselheiro Adnilson Marins dos  
190 Santos e do Conselheiro Janilton Fernandes Lima. E, por fim, destacou que nunca  
191 houve nenhuma manifestação de má fé e nenhum interesse pessoal de nenhum dos  
192 membros da comissão em nenhum dos resultados que foram atingidos ou que  
193 pudessem ter sido atingidos se as decisões fossem diferentes. Diante disto, o  
194 Conselheiro Kellerson Souto Viana propôs a validação total do processo eleitoral ou  
195 sua total anulação. Isto posto, o Conselheiro Isaías Dias esclareceu que a primeira  
196 proposta seria: tornar os atos contrários ao Edital de Convocação e ao Regimento  
197 nulos e convalidar os demais atos da eleição que não foram contraditórios; a  
198 segunda proposta seria validar todo o processo eleitoral; e a terceira proposta seria  
199 anular todo o processo eleitoral. Esclarecido isto, foi aberto o processo de votação  
200 nominal, cujo resultado foram dezessete votos para a proposta um; onze votos para  
201 a proposta dois; nenhum voto para a proposta três; nenhuma abstenção; e dez  
202 ausências. Após, a Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes afirmou  
203 que se sentia impedida de participar da comissão eleitoral da Sociedade Civil, na  
204 medida em que o trabalho realizado anteriormente em conjunto com os demais  
205 membros da comissão eleitoral foi questionado e tornados nulos alguns atos

206 praticados e, deste modo, colocou à disposição a vaga na comissão eleitoral. Na  
207 sequência, foi indicado o nome da Conselheira Silvana de Oliveira Almeida, que  
208 declinou do convite. Do mesmo modo, foi indicado o Conselheiro Laércio Ventura,  
209 todavia, apresentava problemas com a logística de passagem e não poderia  
210 acompanhar o processo até o final do mesmo, visto que o mesmo ocorreria após a  
211 reunião ordinária daquele Conselho, no dia quinze de dezembro do corrente ano.  
212 Diante disto, a Conselheira Maria Aparecida Reis indicou o nome da Presidente do  
213 CONADE, Sra. Denise Costa Granja, relevando a sua carreira jurídica e o fato da  
214 mesma residir em Brasília. Com tanto, a Presidente assumiu as funções indicadas.

215 **Relatório de Monitoramento da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com**  
216 **Deficiência da ONU.** Por solicitação do Conselheiro Kellerson Souto Viana, o Sr.  
217 Fernando Ribeiro, Representante da SNPD, esclareceu que em julho do corrente  
218 ano o governo brasileiro comunicou à ONU que em função do calendário eleitoral  
219 não entregaria o relatório na data prevista, no mês de agosto do corrente ano, e que  
220 o mesmo seria entregue alguns meses após o processo eleitoral. E, em setembro de  
221 dois mil e dez, durante a realização da 3ª Conferência das Partes da Convenção, o  
222 presidente do comitê internacional de monitoramento informou que havia sido  
223 notificado do envio posterior do relatório não só do Brasil, bem como de outros  
224 países. Acresceu que foi deflagrado um processo de consulta aos órgãos  
225 governamentais, mais de trinta, solicitando informações dos temas que diziam  
226 respeito às suas competências dentro dos aspectos da Convenção. Ao passo que  
227 naquele momento todos os órgãos já haviam prestado as informações. Ressaltou  
228 que o nível de resposta dos mesmos foi bastante elevado, o que nunca havia  
229 ocorrido anteriormente. Destacou que a última etapa do relatório era a consulta  
230 pública que, todavia, não aconteceu até aquele momento devido a uma orientação  
231 da Casa Civil da Presidência da República que indicou que todos os processos de  
232 consulta pública que envolvia documentos de produção do governo fossem  
233 cancelados pela instituição. Por fim, afirmou que o processo de elaboração do  
234 relatório envolvia a participação da sociedade civil e o Governo Brasileiro jamais  
235 enviaria o relatório para a ONU sem antes a Sociedade Civil ter tido a oportunidade  
236 de ter pleno conhecimento do seu conteúdo e podido enriquecê-lo com observações,  
237 sugestões e críticas. Com isso, informou que em breve esse relatório seria entregue  
238 aos conselheiros. Ponderando que o relatório encontrava-se pronto, o Conselheiro  
239 Kellerson Souto Viana questionou porque o relatório ainda não foi disponibilizado  
240 aos conselheiros do CONADE. Ao passo que o Sr. Fernando Ribeiro reafirmou que  
241 formalmente existia uma questão de encaminhamento burocrático, na medida em

242 que prevalecia para qualquer atitude da SNPD a instrução da Casa Civil. Todavia, a  
243 Conselheira Ana Beatriz Silva Thé Praxedes ponderou que não havia problema em  
244 disponibilizar o relatório previamente aos conselheiros do CONADE, sendo o órgão  
245 deliberativo da política e parceiro da SNPD. Entretanto, consultaria a Sra. Izabel  
246 Maria Madeira de Loureiro Maior, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das  
247 Pessoas com Deficiência, a fim de certificar-se da possibilidade da disponibilização  
248 do relatório. Ao passo que a Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo  
249 Lopes solicitou que o relatório fosse apresentado ao pleno do Conselho, assim como  
250 foi encaminhado em reuniões anteriores do Conselho pela Conselheira Izabel Maria  
251 Madeira de Loureiro Maior. Após a Presidente colocou em discussão a participação  
252 do CONADE no monitoramento da Convenção. A Conselheira Martinha Clarete  
253 Dutra sugeriu oficializar a SDH para que o CONADE participasse sempre do processo  
254 de elaboração do relatório de monitoramento da Convenção, destacando que o  
255 Conselho é vinculado à Secretaria. Isto posto, foi aprovada a sugestão. A  
256 Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes propôs que, no momento  
257 da criação de um órgão de monitoramento de acordo com o preconizava o Artigo 33  
258 da Convenção, independente e representado apenas por entidades da sociedade  
259 civil, o CONADE se fizesse parte integrante deste grupo representado por um  
260 conselheiro da sociedade civil. Encaminhamento acatado por unanimidade.

261 **Informes Gerais.** A Conselheira Martinha Clarete Dutra informou que o Ministério da  
262 Educação publicou o Manual de Acessibilidade para a Escola, material produzido  
263 especificamente para orientar os sistemas de ensino quanto à adequação  
264 arquitetônica dos prédios escolares. O Conselheiro Domingos João Montagna  
265 registrou a realização do Defdrive, campanha que visa conscientizar a sociedade em  
266 relação à acessibilidade, no dia dez do corrente mês, em Pinhalzinho, Santa  
267 Catarina, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

268 **Informes das Comissões Permanentes – Comissão de Comunicação**  
269 **Social/CCS.** O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné lembrou que na reunião  
270 anterior a Comissão não apresentou seu relatório por falta de quórum e tempo hábil  
271 e, portanto, seria apresentado o relatório da 70ª e da 71ª Reunião Ordinária da  
272 Comissão. Destacou a pauta da edição de setembro CONADE INFORMA, que teve  
273 como destaque a abertura do processo eleitoral para a escolha das entidades da  
274 sociedade civil que vão ocupar as 13 cadeiras destinadas ao segmento e eleição  
275 destinada a escolher o representante dos conselhos estaduais e municipais. Após,  
276 destacou a pauta da edição de dezembro: nova composição do CONADE, balanço  
277 da campanha da acessibilidade 2009/2010 e informes da mesma. Informou que, em

278 consonância com o plano diretor da campanha da acessibilidade aprovado na 69ª  
279 Reunião Ordinária do CONADE foram feitas as seguintes ações: Em 25, 26 e 27 de  
280 agosto do corrente ano, o Vice-Presidente do CONADE, Isaías Dias, o coordenador  
281 da desta comissão, Roberto Paulo do Vale Tiné, o conselheiro relator do processo  
282 02 de 2010, Márcio Castro de Aguiar, CVI Brasil, e a Secretaria Geral do CONADE,  
283 Márcia Lopes, participaram de reunião técnica com representantes da Faculdade  
284 Católica do Ceará, em Fortaleza, Ceará, Fundação Gilberto Freire, em Recife/PE e a  
285 agremiação carnavalesca Galo da Madrugada, em Recife/PE, onde ficou acertado  
286 que a Faculdade Católica coordenaria sem ônus para o CONADE, em parceria com  
287 a Flex Comunicação, propaganda e marketing da Campanha da Acessibilidade.  
288 Deste modo, a instituição finalizava três vídeos produzidos para as ações da  
289 campanha da acessibilidade do estádio de futebol Castelão no Ceará e no 45º  
290 Festival Folclórico de Parintins, Amazonas. A Fundação Gilberto Freire foi convidada  
291 a aderir à Campanha e se comprometeu a tornar as obras de Gilberto Freire  
292 acessíveis. O Galo da Madrugada aceitou o convite do CONADE e levaria para as  
293 ruas do Recife o tema da acessibilidade no carnaval de 2011, com a criação de uma  
294 camiseta comemorativa da adesão do Galo da Madrugada à Campanha. Com isto,  
295 as adesões Formais da Fundação Gilberto Freire e do Galo da Madrugada  
296 aconteceriam durante a feira internacional e literária de Pernambuco/FLIPORTO,  
297 realizada de 12 a 15 de novembro em Recife, Pernambuco. Em 9 e 10 de setembro  
298 do corrente ano foi realizado em Brasília encontro envolvendo representantes dos  
299 conselhos estaduais e municipais das 12 cidades sedes da Copa do Mundo de  
300 2014, no qual os representantes dos conselhos apresentaram sugestões e relataram  
301 os principais problemas sobre acessibilidade em suas regiões. Como  
302 desdobramento do evento foi marcada reunião com o Presidente da Frente  
303 Municipalista Brasileira, cujo objetivo era promover reunião com os prefeitos das 12  
304 cidades sedes, juntamente com a FIFA para solicitar aos comitês estaduais da Copa  
305 a inclusão dos conselhos estaduais em sua composição. Após, informou que a  
306 Campanha, através do Vice-Presidente do CONADE, Isaías Dias, esteve presente  
307 na 6ª Feira Literária Internacional de Pernambuco/FLIPORTO, onde foi celebrado o  
308 termo de adesão com a Fundação Gilberto Freire, Recife/PE, a Academia  
309 Pernambucana de Letras, o Jornal do Brasil Rio de Janeiro e a FLIPORTO. Foi  
310 realizado evento em três de dezembro, onde Microsoft Pernambuco, Galo da  
311 Madrugada, Deputada Federal Erika Kokay, Movimento Habitacional e Cidadania  
312 das Pessoas com Deficiência de Brasília e Companhia e Desenvolvimento  
313 Habitacional do Distrito Federal/COODHAB, assinaram o termo de adesão. E foi

314 recebido da Rede Marista, através de Bianca Barbieri, proposta de projeto para  
315 ampliação e financiamento da Campanha. Com isto, o total de adesões até aquele  
316 momento eram de 379 adesões, das quais 107 foram em 2009 e 98 em 2010.  
317 Destacou a elaboração da Cartilha do Conselheiro do CONADE, proposta pela  
318 Conselheira Shirley Vilhalva, da FENEIS, a qual traria diretrizes aos conselheiros. E  
319 a cartilha seria entregue mediante recibo a todos os atuais conselheiros e aos novos  
320 conselheiros, além de ser enviado por e-mail em formato acessível. Ao passo que o  
321 Conselheiro Kellerson Souto Viana solicitou que a mesma fosse disponibilizada  
322 anteriormente à publicação aos demais conselheiros para maiores contribuições. O  
323 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné concordou desde que chancelado pela  
324 plenária, o que ocorreu após a aprovação do relatório. Com isto, passou à  
325 apresentação dos processos analisados pela Comissão: Processo 02 de 2009, que  
326 criava o manual de estilo para a produção de mídias referente a pessoas com  
327 deficiência. Sendo o relator o Conselheiro Romeu Kazumi Sassaki, o mesmo  
328 apresentaria versão preliminar para análise da comissão e, mesmo com o término do  
329 seu mandato, continuaria auxiliando na elaboração de tal documento como  
330 colaborador. Processo 04 de 2009, verificação do cumprimento do artigo 57 do  
331 decreto 5.296 de 2004. Sendo relator o Conselheiro Marcos Cordeiro de Souza  
332 Bandeira, que oficiou à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da  
333 República solicitando reunião visando solucionar pendências legais e  
334 administrativas. Com isso, verificou que a legislação em questão estava sendo  
335 cumprida e sugeriu o arquivamento do processo. Processo 05 de 2009, verificar as  
336 deliberações da 2ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência,  
337 com relação ao eixo reabilitação profissional, deliberação dois, eixo do trabalho,  
338 deliberação nove e eixo saúde, deliberação sete. Oficiado, o Ministério do Trabalho  
339 e Emprego respondeu ao ofício e foram suficientes as informações prestadas. No  
340 entanto, o Ministério da Saúde não respondeu ao ofício encaminhado. Esse  
341 processo estava sob a condução das relatoras Thais Borges da Silva Pinho Werneck  
342 e Aline Mesquita, entretanto, as duas conselheiras não participaram das três últimas  
343 reuniões do CONADE. Com isto, foi designado novo relator, o Conselheiro Janilton  
344 Fernandes Lima. Processo 02 de 2010, Plano Diretor da Campanha da  
345 Acessibilidade. Após a aprovação do mesmo, foi designado novo relator para o  
346 processo, o Conselheiro Márcio Castro de Aguiar, e foi decidido pela continuidade  
347 do acompanhamento do referido Plano Diretor e a manutenção do mesmo.  
348 Deliberou ainda, em conjunto com a Comissão de Orçamento de Finanças/COF,  
349 oficial a SNPD solicitando inserção no orçamento do CONADE verbas específicas

350 para a Campanha de Acessibilidade no valor de dois milhões de reais. Processo 03  
351 de 2010, ofício circular 06 de 2010, de 15 de abril de 2010, a Secretaria do Estado  
352 de Desenvolvimento Social de Minas Gerais apresentou o primeiro número do  
353 caderno da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência a Pessoa com  
354 Deficiência/CEAAPE, cujo objetivo era a divulgação e ampliação do acesso às  
355 informações relativas aos programas e ações do Governo de Minas Gerais voltados  
356 para o atendimento dos direitos e das necessidades das pessoas com deficiência. O  
357 relator foi o Conselheiro Janilton Fernandes Lima, que informou que o caderno em  
358 questão não demandava nenhum tipo de ação do CONADE, bastando apenas fazer  
359 parte do arquivo e publicação deste conselho. Deste modo, o processo foi  
360 encerrado. Após a aprovação por unanimidade do relatório acima apresentado, foi  
361 aberta a palavra aos embaixadores da Campanha da Acessibilidade, a Sra. Adriana  
362 Brandão Behar, atleta olímpica jogadora de vôlei de praia, o Sr. Clodoaldo Silva  
363 atleta de natação Paraolímpica, e a empresária Ana Luiza Jucá, que em breves falas  
364 destacaram a importância da Campanha e a alegria de fazer parte da mesma.

365 **Participação do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi e da Deputada Federal Maria**  
366 **do Rosário, futura Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos**  
367 **da Presidência da República/SDH.** O Ministro Paulo de Tarso Vannuchi agradeceu  
368 a todos e destacou sua felicidade pela indicação da Deputada Federal Maria do  
369 Rosário para assumir a chefia da SDH a partir do ano de dois mil e onze. Destacou a  
370 vantagem comparativa que a nova ministra possuía por se tratar de uma  
371 parlamentar e seu poder de articulação junto ao Congresso Nacional seria de uma  
372 maior eficácia. Com isso, agradeceu o tempo de convivência e passou a palavra à  
373 futura Ministra, que cumprimentou a todos na pessoa da Presidente do Conselho e  
374 agradeceu o trabalho desenvolvido a favor do segmento e de um país mais justo.  
375 Destacou sua vontade de trabalhar e agradeceu de público a generosidade do  
376 Ministro Paulo de Tarso Vannuchi pelo modo com o qual fazia a transição.  
377 Reafirmou o compromisso da Presidente Eleita, Dilma Rousseff, para com as  
378 pessoas com deficiência e a vontade da mesma estabelecer um diálogo direto com  
379 as pessoas com deficiência. Reconheceu os avanços alcançados e de pronto  
380 solicitou uma nova reunião em janeiro de dois mil e onze a fim de já começar a  
381 trabalhar na perspectiva de compor redes, relações e possibilidades. Ademais,  
382 solicitou breve apresentação dos conselheiros e participantes daquele reunião, o  
383 que os mesmos fizeram e com palavras de boas vindas e estimas de sucesso. Com  
384 isso, a Ministra indicada, Maria do Rosário, agradeceu e reafirmou o compromisso

385 de um novo encontro em janeiro. Com isto, a Presidente encerrou os trabalhos  
386 daquele dia informado da retomada no dia seguinte às nove horas.

387

388 **2º DIA. 15 DE DEZEMBRO DE 2010.**

389 **Reabertura.** Reaberto os trabalhos e verificado o quórum por meio de chamada oral,  
390 a Presidente retomou a pauta anteriormente proposta, seguindo com os informes  
391 das comissões permanentes. **Informes das Comissões Permanentes – Comissão**  
392 **de Políticas Públicas/CPP.** A Conselheira Maria Aparecida Reis destacou que  
393 apresentaria primeiro o relatório da 70ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 15 de  
394 setembro. Estavam presentes os conselheiros Adnilson Marins dos Santos, Magda  
395 Hennes, Misiara Cristina Oliveira, Gecy Maria Fritsch Klauch, Lizair de Moraes  
396 Guarino e a própria. Ressaltou que o primeiro ponto de pauta foi elaborar proposta  
397 de recomendação aos conselhos estaduais e municipais que pudesse ser uma  
398 ferramenta para trabalharem a agenda social e as políticas públicas e para que  
399 fosse apresentado para ser apresentado no 4º Encontro de Conselhos de Direitos  
400 das Pessoas com Deficiência. Para tanto, foi convidada a Comissão de Articulação  
401 de Conselhos/CAC, por ter a atribuição de fazer as articulações e aproximação junto  
402 aos conselhos estaduais e municipais. E, nesse sentido, esse encontro foi intitulado  
403 a primeira ação de aproximação articulada no CONADE. Relatou que após a  
404 comissão fez a análise dos processos encaminhados. Primeiro, a comissão recebeu  
405 alguns CDs enviados pela Secretaria Especial de Educação Inclusiva do MEC, cujo  
406 parecer da Conselheira Gecy Maria Fritsch Klauch foi favorável ao encaminhamento  
407 desses CDs à CCS para posterior divulgação. Processo 69 de 2008, tratava de  
408 relatório final que recomendava o senso das pessoas portadoras de hanseníase  
409 remanescentes dos hospitais colônias. Como encaminhamento, a comissão sugeria  
410 ao pleno a retomada do processo. Processo 81 de 2009, tratou-se de projeto de  
411 curso de capacitação na área de direitos humanos demandado pela Associação de  
412 Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da  
413 Comunidade/APABB para a Secretaria de Direitos Humanos. Verificou-se que na 69ª  
414 Reunião Ordinária parecer do conselheiro Adnilson, elaborado em novembro de  
415 2009, foi extraviado do processo. Diante disso, a comissão solicitava à APABB  
416 remessa da cópia do conteúdo desse processo. Processo 84 de 2009, a pedido do  
417 Vice-Presidente, Isaías Dias, foi solicitado novo encaminhamento ao processo que  
418 tratou de dificuldade enfrentada por pessoas com deficiência para entrar na agência  
419 da Caixa Econômica Federal em São Paulo. Como encaminhamento, a Comissão  
420 solicitaria audiência na Caixa Econômica Federal para tomada de conhecimento das

421 políticas para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência nas agências.  
422 Processo 86 de 2010, também solicitado pela Vice-Presidência, requerendo novo  
423 encaminhamento. Tratou-se da carta pela dignidade das pessoas cegas, documento  
424 elaborado em 2009 a partir de encontro em Brasília e encaminhado pela ONCB. O  
425 Encaminhamento seria dar novo parecer e encaminhamento à mesma. Por último,  
426 analisou o Processo remetido pela CAN 189 de 2009, que tratou do cumprimento do  
427 Capítulo Sétimo do Artigo 26 do Decreto 5.626 de 2005, que seria apoio de uso de  
428 libras e da difusão de libras. Para tanto, a Conselheira Relatora Gecy Maria Fritsch  
429 Klauch elaboraria parecer para um encaminhamento conjunto das comissões. Após,  
430 o Conselheiro Moisés Bauer Luiz destacou que a Organização Nacional de Cegos  
431 do Brasil/ONCB encaminhou o referido documento no final de 2009 e, em razão das  
432 reuniões muito espaçadas e das dificuldades de cumprimento de pauta que tem i  
433 conselho, um ano depois iria ser dado algum encaminhamento dentro do CONADE.  
434 Com isso, registrou o descontentamento com a morosidade desse processo. A  
435 Conselheira Valdenora da Cruz Rodrigues sugeriu que fosse encaminhado ofício  
436 aos hospitais colônia ou às secretarias estaduais de saúde através da Presidência  
437 do CONADE requerendo os dados. Isto posto, o relatório da comissão foi aprovado  
438 por unanimidade. Após, a Conselheira Gecy Maria Fritsch Klauch Apresentou o  
439 relatório da 71ª Reunião Ordinária do dia treze de dezembro de dois mil e dez, com  
440 a presença dos conselheiros Maria Aparecida Reis, Adnilson Marins dos Santos,  
441 Lizair Guarino e da própria. Como pauta, foi elaborado o relatório de gestão da  
442 Comissão biênio 2008/2010 e, deste modo, passou à leitura do mesmo, destacando  
443 que o presente relatório foi elaborado e apreciado pelos membros da CPP, levando  
444 em consideração os relatórios aprovados nas reuniões ordinárias de número 64 a 71  
445 aprovados pelo plenário do CONADE. Ressaltou que o planejamento estratégico ou  
446 guia metodológico dessa comissão orientava no sentido de como as comissões  
447 poderiam de uma melhor maneira ter um aproveitamento de seus trabalhos tanto  
448 nos encaminhamentos quanto em toda a legislação. Com isto, passou à leitura do  
449 guia metodológico referido, que seria uma ferramenta de racionalização de ações  
450 programáticas com a finalidade de se construir uma realidade futura desejada,  
451 melhorando a alocação de recursos públicos para atingir os propósitos das políticas  
452 públicas definidas na base do modelo de desenvolvimento instituído entre a  
453 articulação dos órgãos que compõem a administração direta e indireta do ente  
454 federado. Após as considerações e elogios dos conselheiros, o relatório foi aprovado  
455 por unanimidade. **Informes das Comissões Permanentes – Comissão de**  
456 **Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos/CAN.** A

457 Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes relatou que reunida no dia  
458 treze de dezembro do corrente ano, a CAN discutiu o monitoramento do seu  
459 planejamento estratégico e uma das diretrizes estabelecidas no mesmo foi  
460 desenvolver um estudo comparado sobre a legislação de outros países dando  
461 ênfase à capacidade legal e o acesso a justiça das pessoas com deficiência, de que  
462 trata o artigo 12 e 13 da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.  
463 As ações que eram previstas para cumprir essa diretriz era elaborar um roteiro para  
464 consultar a legislação de outros países de forma comparada, depois de validar o  
465 roteiro, definir os países que seriam consultados, prazo para recebimento de  
466 respostas e, por fim, minutar o estudo. Este estudo comparado entre países que  
467 havia sido proposto no planejamento estratégico da CAN era realizado por uma rede  
468 ibero-americana de especialistas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com  
469 Deficiência, liderada pela Faculdade de Direito e da Universidade Nacional de Mar  
470 Del Plata, na Argentina, por meio do seu Centro de Investigação e Docência em  
471 Direitos Humanos Alicia Moroe. O projeto instituiu um Grupo de Trabalho Nacional  
472 em cada um dos seis países que fazem parte da rede, quais sejam, Espanha,  
473 México, Colômbia, Argentina, Peru e Brasil. Nesse sentido, a CAN vislumbrou a  
474 oportunidade de que esse trabalho tenha também a participação do CONADE.  
475 Portanto, a ideia discutida e aprovada na CAN foi convidar o CONADE e seus  
476 conselheiros para que opinassem sobre os relatórios que seriam produzidos de  
477 normas postas e propostas para eventuais adequações à Convenção sobre os  
478 Direitos das Pessoas com Deficiência, além de participar de eventual seminário ou  
479 mesa de discussão que venha a ser criada sobre o tema. O primeiro relatório que  
480 traria um diagnóstico sobre as leis existentes seria entregue até 31 de janeiro de  
481 2011, sendo a sua fase de consulta no mês de janeiro de 2011, não havendo  
482 obrigatoriedade de resposta à consulta, mas seria deveras importante que os  
483 conselheiros o façam e que na fase de proposta o tema pudesse ser levado ao pleno  
484 para análise do colegiado. Após, a Conselheira informou que a CAN reavaliou o  
485 Regimento Interno do CONADE e sugeria aperfeiçoar as próximas eleições,  
486 incluindo prazo mínimo de 30 dias para a realização das eleições a partir da  
487 publicação do Edital de Convocação no Diário Oficial da União, aclarando os  
488 critérios de composição paritária e caráter deliberativo e substituindo o membro do  
489 CONADE da Comissão Eleitoral por um membro da OAB que não fosse conselheiro.  
490 Por fim, a CAN deliberou realizar reunião extraordinária dias 26, 27 e 28 de janeiro  
491 de 2011 para fechar os processos em andamento, fazer análise do planejamento  
492 estratégico realizado e validar o relatório de gestão no tocante aos trabalhos da

493 Comissão. Isto posto, a Conselheira Rosângela da Silva Santos ressaltou que outras  
494 instituições poderiam ocupar a vaga proposta para futuras comissões eleitorais, bem  
495 como a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos  
496 Idosos e Pessoas com Deficiência/AMPID. Ao passo que a Conselheira Laís  
497 Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes esclareceu que a AMPID representava o  
498 Ministério Público e o Ministério Público já encontrava-se representado na  
499 presidência da comissão eleitoral e a ideia foi escolher uma organização  
500 independentemente de participar do Conselho e, apesar da OAB ter assento no  
501 mesmo, ela representava a classe jurídica dos Advogados do Brasil e, portanto,  
502 entendeu-se que a mesma seria uma instituição idônea e poderia representar a  
503 independência necessária para o processo eleitoral. Posto isto, a Conselheira  
504 Rosângela da Silva Santos propôs que outras instituições jurídicas fossem  
505 convidados ao tempo devido. O Conselheiro Isaías Dias solicitou deixar mais claro o  
506 critério de paridade adotado pelo Conselho, que de 50% de membros da sociedade  
507 civil e 50% de membros governamentais. Acatadas as propostas e nada mais  
508 havendo em contrário, o relatório foi aprovado. **Informes das Comissões**  
509 **Permanentes – Comissão de Orçamento e Finanças/COF.** A Conselheira  
510 Rosângela da Silva Santos informou que este relatório estava pendente desde a  
511 última reunião e era a consolidação de três reuniões da COF, que tiveram como  
512 pauta a capacitação na área de orçamento e finanças públicas dos conselheiros da  
513 COF. Desta monta, a Comissão se deslocou ao Senado Federal para conhecer o  
514 SIGA BRASIL. Ficou acordado que a COF encaminharia ao CONADE propostas de  
515 parcerias para a elaboração de dados com a finalidade de alimentar o referido  
516 sistema sobre a execução do orçamento da Secretaria de Direitos Humanos no que  
517 tange à política nacional de pessoas com deficiência e esta ferramenta seria  
518 acessada pelos conselheiros de todo o país e contribuiria com o monitoramento e  
519 avaliação dos conselhos sobre a execução dos programas e ações de todos os  
520 Ministérios que voltadas para a área da pessoa com deficiência. Com isso, os  
521 encaminhamentos da Comissão foram no sentido de orientar as demais comissões  
522 nos pontos que poderiam contribuir, demandar e verificar as dificuldades da  
523 execução orçamentária, a fim de garantir a participação dos membros de todas as  
524 comissões em ações e eventos junto aos outros ministérios. Encaminhou também  
525 por uma assessoria técnica permanente à Comissão. O Conselheiro Antônio Alves  
526 Ferreira parabenizou a comissão e desejou que o planejamento apresentado fosse  
527 realmente dar resposta para as demandas do CONADE para ter efetivamente uma  
528 maior amplitude orçamentária conforme suas dificuldades. Isto posto, o relatório da

529 comissão foi aprovado. **Informes Gerais.** Considerando que o relatório da Comissão  
530 não havia sido enviado até aquele momento pela Conselheira Ana Beatriz Silva Thé  
531 Praxedes que encontrava-se em viagem oficial, o Vice Presidente, Conselheiro  
532 Isaías Dias, franqueou a palavra para informes gerais. Ao passo que o Conselheiro  
533 Antônio Alves Ferreira informou que nos dias 20 e 21 de dezembro realizavam o  
534 planejamento estratégico na escola de saúde pública do Estado do Ceará, a fim de  
535 efetivamente direcionar as ações e garantir o orçamento para as mesmas. Após,  
536 alguns conselheiros que encerravam suas gestões, aproveitaram o momento para  
537 se despedirem. **Informes das Comissões Permanentes – Comissão de**  
538 **Articulação de Conselhos/CAC.** Considerando a ausência justificada da  
539 Conselheira Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior e de sua suplente, a  
540 Conselheira Ana Beatriz Silva Thé Praxedes, a Conselheira Maria do Carmo  
541 Tourinho, membro integrante da comissão passou a apresentar a avaliação do IV  
542 Encontro Nacional de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência,  
543 destacando que a comissão organizadora construiu ao longo de seu  
544 desenvolvimento uma postura democrática, realizando todas as suas atividades a  
545 luz do que foi definido nas reuniões ordinárias e extraordinárias e de diálogos  
546 estabelecidos com alguns conselheiros quando necessário, com o intuito de atender  
547 com transparência e resolutividade as demandas para concretização de um evento  
548 com qualidade. A estrutura e logística tiveram algumas fragilidades, mas superáveis,  
549 com destaque ao empenho de todos os conselheiros e a parceria com a empresa  
550 contratada. Avaliou-se que o conteúdo programático atendeu com qualidade a todas  
551 as demandas de formação dos conselhos e com grande participação. O objetivo de  
552 formação do Encontro não foi alcançado a contento devido à realização do processo  
553 eleitoral dos conselhos estaduais e municipais candidatos à representação do  
554 CONADE. Na sequência, o Conselheiro Antônio Alves Ferreira propôs que o  
555 relatório da comissão fosse socializado aos demais conselheiros por e-mail, por se  
556 tratar de um relatório extenso e após o retorno da Conselheira Ana Beatriz Silva Thé  
557 Praxedes a comunicação acerca do relatório fosse feita via eletrônica. Isto posto, a  
558 Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes ponderou que a avaliação  
559 devesse ser feita necessariamente com a comissão organizadora e não apenas com  
560 a comissão de articulação de conselhos, visto que a comissão organizadora  
561 abrangeu membros de todas as comissões permanentes. Ponderou também que o  
562 processo de avaliação deveria ouvir os organizadores, mas em especial os  
563 participantes e discordou do relatório apresentado e, portanto, não poderia aprovar o  
564 relatório da CAC. O Conselheiro Laércio Ventura sugeriu que a avaliação do 4º

565 Encontro fosse desvinculada da avaliação do processo eleitoral ocorrido no mesmo  
566 período. O Conselheiro Domingos João Montagna ressaltou que entendia que a  
567 avaliação do 4º encontro deveria ser feita amplamente por todos os conselheiros que  
568 participaram, restava operacionaliza-la. Isto posto, o Conselheiro Laércio Ventura,  
569 membro da CAC, solicitou que o relatório da mesma não fosse posto em votação,  
570 considerando que o mesmo não foi apresentado integralmente. Ao passo que os  
571 demais conselheiros acataram a proposição. Na sequência, o Conselheiro franqueou  
572 novamente a palavra aos conselheiros para demais considerações e informes. Ao  
573 passo que outros conselheiros fizeram sua despedida e outras considerações.  
574 **Encerramento.** Nada mais havendo a ser apreciado, o Vice Presidente, Cosnelheiro  
575 Isaías Dias, encerrou a reunião.